

#### A POLÍTICA PÚBLICA FRENTE AO PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS:

o caso da educação profissional integrada ao ensino médio no IFPI

Samara Cristina Silva Pereira<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

A política de educação profissional integrada ao ensino médio, regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004, constitui modalidade prioritária nos Institutos Federais. Seu modelo, propõe a formação de técnicos a partir da educação integral, que congrega educação propedêutica (que habilita para o ensino superior) à formação profissional (voltada para atuação específica no mercado). Frente a estas possibilidades, investiga-se como os estudantes do IFPI conformam tal modelo às suas aspirações profissionais e acadêmicas. Corrobora-se a compreensão de que os atores que se relacionam com a política (operadores e usuários) interferem na materialização de seu desenho e nos resultados (GIOVANNI, 2009). Adota-se metodología qualitativa e quantitativa, com pesquisa documental, revisão de literatura, aplicação de questionário entre estudantes e entrevista com egressos. Verificou-se que os interesses acadêmicos dos estudantes se sobrepõem aos de atuação como técnico, revelando que os usuários da política, em circunstâncias favoráveis, conformam a mesma aos seus valores e interesses.

Palavras-chave: Política Pública. Educação Profissional. Estudantes.

#### **ABSTRACT**

The professional education policy integrated with secondary education, regulated by Decree No. 5.154/2004, is a priority modality in Federal Institutes. Its model proposes the training of technicians from comprehensive education, which brings together propaedeutic education (which enables higher education) to professional training (focused on specific performance in the market). Faced with these possibilities, we investigate how IFPI students conform this model to their professional and academic aspirations. It corroborates the understanding that the actors who relate to the policy (operators and users) interfere in the materialization of its design and results (GIOVANNI, 2009). Qualitative and quantitative methodology is adopted, with documental research, literature review, application of a questionnaire among students and interviews with graduates. It was found that the students' academic interests overlap with those of acting as a technician, revealing that policy users, in favorable circumstances, conform the policy to their values and interests.

Keywords: Public Policy. Professional education. Students.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Assistente Social do IFPI; Especialista em Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos - IFPI; Mestre em Políticas Públicas – UFPI, e-mail samara.silva@ifpi.edu.br.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

### 1 INTRODUÇÃO

A política pública ao ser implementada sofre influência dos valores e interesses cultivados pelos atores que a executam e usuários, haja vista que nem sempre coincidem os objetivos traçados pela política com as aspirações e necessidades de operadores e o público-alvo da ação do Estado. A partir dessa compreensão, o presente trabalho discorre sobre a materialização da política de educação profissional integrada ao ensino médio a partir da experiência dos usuários dessa política pública no Instituto Federal do Piauí – IFPI.

O objetivo fulcral é apreender e discutir os usos que os estudantes da educação profissional integrada no IFPI conferem à formação possibilitada por esta modalidade de ensino. Objetiva-se também discutir o desenho da política de integração da educação profissional com o ensino médio no contexto das políticas educacionais brasileiras, suas finalidades e as disputas que interferem sobre seu delineamento; identificar as práticas dos usuários do ensino integrado no IFPI frente à formação geral e profissional ofertada pela modalidade; evidenciar como as aspirações e interesses dos usuários repercutem sobre o alcance dos resultados de uma política pública.

Conforme Giovanni (2009), as políticas públicas são caracterizadas por "elementos primários", compostos por distintas dimensões que são: "estrutura formal", que contém a "teoria da política", isto é, o delineamento da prática e resultados desejados; "estrutura substantiva" que são os atores, interesses e regras; e "estrutura simbólica", composta pelos valores, saberes e linguagens construídas pelos atores, e uma "estrutura material", composta pelo financiamento, suportes, custos (GIOVANNI, 2009). Neste trabalho ressalta-se a estrutura formal, através da apreensão do desenho da política de integração, e a estrutura substantiva e simbólica, que discute os interesses, valores e práticas dos usuários da política.

A metodologia adotada na investigação foi quantitativa e qualitativa, contando com pesquisa documental (com ênfase em regulamentos e leis sobre a educação e nível médio), revisão bibliográfica, aplicação de questionário junto à estudantes do ensino médio integrado à educação profissional do IFPI e realização de entrevistas junto a egressos da modalidade.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

O trabalho é composto por três seções e conclusão. A primeira, intitulada *A histórica dualidade entre a educação propedêutica e a profissionalizante: reflexos de uma sociedade de classes*, discorre sobre a histórica cristalização da dicotomia entre o secundário preparatório das elite para a universidade e o profissionalizante preparatório das classes trabalhadoras para o mercado; a segunda, *As reformas do ensino médio e da educação técnica no pós-redemocratização - projetos em disputa,* discute o desenho da política de educação profissional, seu delineamento e propósitos no pós redemocratização, evidenciando que estes são orquestrados através de disputas políticas orientadas por distintas ideologias; na terceira seção, intitulada *a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio no IFPI frente aos valores e interesses de estudantes e egressos*, discutem como a formação propedêutica e a formação profissional são incorporadas pelos estudantes, que valor e rumo eles conferem à estas formações; esta é seguida pela conclusão, que desataca o protagonismo dos estudantes no direcionamento dos resultados da política pública em foco, conforme seus valores e interesses.

## 2 A HISTÓRICA DUALIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO PROPEDÊUTICA E A PROFISSIONALIZANTE – REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES

A educação no Brasil passa a ser delineada enquanto política de Estado a partir dos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando da gestação do Estado Interventor e das iniciativas de cidadania social no Brasil. Isso se dá através da conformação das políticas sociais de Estado, caracterizadas pelo abandono do liberalismo e da ideologia do laissez-faire em favor do intervencionismo público em todas as esferas da vida social – econômica, política, jurídica e educacional – alterando-se as funções e estruturas do Estado, adaptando-as às condições requeridas pela sociedade industrial (IANNI, 1986).

Nesse contexto, são criados órgãos de acompanhamento e supervisão, como o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e Conselho Nacional de Educação em 1931. A educação secundária ganha relevância política, pois crê-se que tem ela tem o "poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação" (SCHWARTZMAN; BOMENY;

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

COSTA, 2000, p.69). Inicia-se a organização de um sistema nacional de educação com atenção ao nível secundário, relegado em contexto anterior de uma sociedade agrícola em que os meios de produção eram rudimentares e esse nível era ofertado pelas instituições particulares, mantidas pelas elites políticas e econômicas.

As amplas reformas na educação brasileira que regulamentaram o ensino secundário e ensino profissionalizante durante a era Vargas, cristalizaram os rumos distintos dessas modalidades: o secundário preparatório para o ensino superior e dirigido aos membros da elite e o profissionalizante preparatório à atuação prática no mercado e voltado às classes trabalhadoras e seus filhos. Este último revestido de terminalidade, pois não permitia continuidade dos estudos no ensino superior. O texto constitucional aprovado em 1937 ilustra bem o caráter classista desta modalidade. O Art. 129 dizia:

Art 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. [...] (BRASIL, 1937).

São determinações que reduzem o escopo da ação do Estado ao ensino prévocacional, conservam o traço assistencialista vigente na educação profissional e conferem-lhe caráter de classe, destinando-a para os pobres. De qualquer modo, essas determinações, ao lado das reformas levadas a efeito desde os primeiros anos de 1930, expressam a necessidade de formação de mão de obra especializada (operários, mestres, técnicos) para a indústria e demais setores modernos da economia, naquele momento, em franco crescimento.

No Estado varguista e ditatorial, início dos anos de 1930 até a metade de 1940, as reformas empreendidas na educação sacramentavam a dicotomia entre educação

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

propedêutica e educação para o trabalho, e instituiu uma política dual (propedêutico e profissionalizante) como parte da educação média, dentro de uma estratégia de estratificação da sociedade de classes, evidenciando como os interesses do Estado ditatorial em manter uma sociedade hierarquizada revestem-se claramente nas primeiras políticas sociais do Estado interventor brasileiro.

Na democracia instalada a partir de 1946, tal dicotomia foi objeto de contestação e debates durante os 13 anos de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961. A partir desta, a educação profissionalizante teve seu formato flexibilizado, articulando-o ao secundário propedêutico, visando reduzir as distinções nas suas prerrogativas, como a possibilidade de acesso ao ensino superior que passara a ser prevista para egressos do ensino profissionalizante. Tal medida, entretanto, não alterou o quadro da procura por educação profissional, pois o secundário propedêutico era a modalidade preferencial da maioria da população, que via nesse um melhor preparatório para continuidade dos estudos. Assim, os valores e interesses dos usuários os dirigiam à adesão predominante do modelo propedêutico.

Frente a isso, havia nos anos de 1960 uma excessiva demanda por cursos superiores, contrapondo-se a uma limitada oferta no sistema brasileiro. A partir de 1964 quando da implantação do Regime Militar, esse foi um dos motivos que levou a instituição do ensino técnico e secundário em um mesmo curso, sob interesse do Estado. Com isso, pretendia-se que fossem selecionados "apenas os mais capazes para a universidade", ocupando "os menos capazes", o que, ao mesmo tempo, "conteria a demanda por educação superior em limites mais estreitos".

O novo modelo foi instituído no bojo das mudanças introduzidas na educação pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971 – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A aceitação do modelo pelas classes dominantes desejosas de uma educação livresca e elitista preparatória não aconteceu e as pressões de grupos da sociedade para retorno do secundário propedêutico independente culminou com o fim da profissionalização compulsória em 1982, restabelecendo-se a dualidade na oferta das modalidades, ainda que com as prerrogativas inauguradas anteriormente (ROMANELLI, 2009). Tal fato evidencia como nas disputas no interior da sociedade

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

as classes dominantes conseguem interferir sobre o desenho das políticas públicas rejeitando dados modelos e levando a instituição de novos ou retorno de antigos modelos, desde que em conformidade com seus interesses, como no caso em tela.

Nesta esteira, depreende-se que as reformas empreendidas a partir dos anos de 1930 quando inicia a transição do Estado liberal para o Estado interventor e do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial até o fim da ditadura militar, 1985, a educação brasileira, ocorre sobre forte influência dos interesses dos grupos dominantes e cristaliza a educação como meio de manutenção e reprodução das desigualdades, cujo exemplo é a dicotomia entre ensino para as elites (o secundário e o superior) e ensino para as classes populares (cursos de aprendizagem e ensino profissional técnico).

Como se estabelecem as relações entre ensino médio e educação técnica no período pós-redemocratização? É dessa discussão que se ocupa o item a seguir.

## 3 AS REFORMAS SOBRE O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO - PROJETOS EM DISPUTA

A ordem política e institucional assentada na Carta Magna de 1988 elaborada na redemocratização do país, incluiu a educação como direito social, atribuindo-lhe, em seu Capítulo III, artigo 205, a função do "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A regulamentação, consignada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), tornou o ensino médio a última etapa da educação básica com função formativa para o prosseguimento dos estudos (inciso I do artigo 35), para a preparação básica para o trabalho (inciso II, mesmo artigo), e para a cidadania (incisos III e IV, mesmo artigo).

Segundo Mello (1999, p. 163), foi a primeira vez que "uma lei de educação não diz que o ensino profissional se vincula ao trabalho, mas que toda a educação escolar será vinculada ao trabalho e à prática social [...]". Traz uma concepção de educação integral, buscando contemplar a complexidade da vida social na formação dos estudantes. Após a instituição da nova LDB, no primeiro governo de Fernando Henrique

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Cardoso (1995-1998) vinculado aos ideais da social-democracia, o modelo de educação profissional foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208/1997, que redefinia esta modalidade, dando-lhe sentido distinto do ensino médio e, consequentemente, estabelecia uma nova configuração, pois a liberava de conteúdos e funções alheios às suas competências (BRASIL, 1997).

A decisão por esse formato independente, conforme Parecer nº 16/1999 do Conselho Nacional de Educação – CNE/Câmara de Educação Básica-CEB (BRASIL, 1999), era vantajosa para o estudante e para as instituições de ensino técnico. Para o primeiro, pela flexibilidade na escolha de seu itinerário de educação profissional, liberando-o de uma habilitação profissional vinculada a um ensino médio de três ou quatro anos. Para as instituições de ensino técnico, por adquirirem a permanente possibilidade de rever e atualizar seus currículos com maior versatilidade e terem nos cursos técnicos apenas estudantes efetivamente interessados em obterem uma habilitação técnica.

Esse modelo, deparou-se com resistências dos defensores da integração da formação profissional com o ensino médio num único curso, como Frigotto, Ciavata e Ramos (2005, p. 25), que entendiam que o Decreto nº 2.208/1997 vinha "não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado".

Com a assunção de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2003, alteram-se as correlações de força; os grupos afeitos à educação unitária que constituíam oposição ao governo anterior, passaram a influir no desenho das políticas educacionais. Assim, procedeu-se com reformas anunciadas como sendo a reconstrução da educação profissional como política pública, corporificadas no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e na Lei nº 11.741, de 2008. O primeiro revogou o Decreto nº 2.208/97 e restabeleceu a integração curricular dos ensinos médio e técnico (BRASIL, 2004); e a segunda alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo, na Secção IV, "Do Ensino Médio", a Seção IV-A "Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio" (BRASIL, 2008).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

A partir de então, a educação profissional, conforme o artigo 4, §1º do Decreto nº 5.154/2004, dar-se-ia:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...]; III - subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

A educação profissional integrada, conforme o Documento Base — Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio, "é uma solução provisória", dada a inexistência de "uma base material concreta" para implementar a desejada politecnia, esta compreendida como "uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica" (BRASIL, 2007, p. 23), cujo princípio norteador é o trabalho a partir do qual os conteúdos se articulam numa totalidade e numa formação disciplinar generalista.

Com o Decreto de 2004, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional passaram a conviver com dois modelos de educação profissional: um, em que é separada da formação geral, tal qual estabelecia o Decreto nº 2.208/1997; e outro, em que se integra à formação geral, constituindo um único curso.

O caráter unitário deveria ser considerado desde "a concepção e ser desenvolvido como tal, desde o primeiro dia de aula até o último. Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino" (BRASIL, 2004b, p.06). Deveria cumprir ainda todas as finalidades e diretrizes definidas para o ensino médio e para a educação profissional, tendo os diplomas "validade tanto para fins de habilitação profissional, quanto para fins de certificação do Ensino Médio, para continuidade de estudos" (BRASIL, 2005). A certificação apenas poderia ocorrer com a conclusão dos dois cursos. Nos termos do Parecer CNE/CEB 39/2004:

Fica inteiramente fora de cogitação a concessão de certificado de conclusão do Ensino Médio, para fins de continuidade dos estudos, a quem completar

















TRABALH<mark>o alie</mark>nado, Destruição da Natureza e Crise de <mark>Hegem</mark>onia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

um mínimo de 2.400 horas em três anos, em curso desenvolvido na forma integrada com duração prevista superior a três anos, como foi praxe adotada na vigência da antiga Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 2004b).

A certificação antecipada, segundo o Parecer, "só favoreceu a evasão escolar de alunos dos cursos técnicos", estabelecendo para os que desejassem a conclusão em três anos, o "curso médio comum", do contrário, "estarão ocupando vaga indevida e excluindo os que querem se habilitar profissionalmente" (BRASIL, 2004c).

Os modelos educacionais do ensino médio brasileiro vinculam-se a distintas concepções político-ideológicas em torno da relação entre ensino médio e educação profissional e fundamentam-se em modelos e projetos diferentes de sociedade e de Estado. Nas últimas décadas, as versões foram: Educação profissional independente do ensino médio (Lei n° 2.208/1997) no governo de feição social-democrata; vários modelos de educação profissional, independente e integrada ao ensino médio (Lei n° 5.154/2004), na administração de centro-esquerda.

Neste último modelo, que é o vigente, argumenta-se que os cursos ofertados na modalidade do ensino médio integrado ao técnico estariam dirigidos aos estudantes efetivamente interessados em habilitar-se para o exercício de profissões técnicas, sem renunciar à preparação para ingresso no ensino superior. Diante do delineamento de tais objetivos para a educação profissional o modelo integrado, o que se questiona é: como os objetivos e finalidades definidos no modelo integrado convivem com os interesses e valores dos estudantes usuários dessa política?

# 4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO FRENTE AOS VALORES E INTERESSES DE ESTUDANTES E EGRESSOS

As instituições da rede federal são reconhecidas nacionalmente pela qualidade do ensino ofertado. Isso gera uma forte concorrência para ingresso nestas instituições, com destaque para os cursos do ensino médio integrado. Diante dos objetivos dessa modalidade de ensino, procedeu-se com investigação junto aos estudantes do IFPI e egressos dos seus cursos, conforme especificado a seguir.

Visando conhecer o perfil, expectativas e práticas em relação à modalidade de ensino cursada foram aplicados questionários junto aos estudantes dos seis cursos

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

técnicos integrados ao médio do *Campus* Teresina Central no período da pesquisa, totalizando 421 respondentes. Esse universo contou com estudantes ingressantes e concluintes, de modo a observar diferenças de posições entre os que estavam há pouco tempo na instituição e aqueles que já haviam sido alvo da ação institucional durante o período de realização do curso.

Através do questionário, buscou-se alcançar elementos das estruturas substantiva (interesses e ações) e simbólica (ideias e valores) presentes entre os usuários. Entre os aspectos abordados estão: motivos para realização de curso no IFPI; realização de cursinho preparatório; quantidade de vezes que se submeteu à seleção; critérios na escolha do curso técnico; aspirações de continuidade dos estudos; perspectivas de atuação no mercado como técnico de nível médio; e realização de cursinho preparatório para seletivos do ensino superior. Os dados foram submetidos a análise estatística, recorrendo-se à medida de frequência e à realização de cruzamento de variáveis para o que se fez uso do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Entre os 487 estudantes ingressantes e concluintes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio (321 da 1ª série e 166 da 4ª), em 2011, 421 responderam ao questionário (281 da 1ª série e 140 da 4ª), representando 86,4% do universo. Destes, 45% são do sexo feminino e 55% do sexo masculino.

O perfil dos estudantes, delineado a partir dos dados, é o seguinte:

**Tabela 01** – Perfil dos estudantes da 1ª e 4ª séries dos cursos técnicos integrados do IFPI, *Campus* Teresina Central

Indicador	Resultado em %
Escola de origem	64% escola da rede pública de ensino
Escolaridade da mãe	50,7% ensino médio (38,8% completo e
	11,9% incompleto)
Escolaridade do pai	42,7% ensino médio (31,5% completo e
	11,2% incompleto)
Renda média do grupo familiar	54,7% ganham acima de 1 salário mínimo até
	2 salários mínimos

Fonte: Dados trabalhados pela autora.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Verifica-se que a maioria dos estudantes respondentes pertence a famílias com reduzida renda familiar, possui pais e mães com escolaridade média e realizou o ensino fundamental em escolas públicas. Isso mostra que se situam, frente aos critérios de escolaridade e renda, nos estratos inferiores ou médios e que fazem parte da parcela desses estratos que investem na escolaridade, sugerindo que a têm como meio de ascensão social. Situação similar a dos egressos entrevistados.

No que se refere aos interesses e práticas dos estudantes investigados, estão entre os principais motivos que levaram os estudantes consultados a estudar no curso integrado do IFPI: a qualidade do ensino que a instituição oferece e a possibilidade de obter uma profissão técnica. O ensino de qualidade, como principal motivo para realizar os estudos no IFPI, apresentou-se em níveis muito próximos entre estudantes da 1ª e 4ª séries, 58% e 52%, respectivamente.

O interesse dos estudantes é, sobretudo, por uma educação propedêutica de qualidade que favoreça o acesso à universidade. Isso pode ser compreendido pelo fato de não disporem de alternativas para cursar o ensino médio de qualidade dado sua condição de renda, representando o ingresso nos cursos integrados do IFPI a única possibilidade de acesso à uma educação pública de qualidade.

A qualidade do ensino médio (propedêutico) também é a motivação principal — 5 dos 6 entrevistados — entre os egressos. Conforme ilustrado em um dos depoimentos:

Meu interesse em estudar aqui foi porque a minha vida inteira estudei em colégio público, e via que, para o ensino médio, o CEFET-PI era o melhor, o melhor preparo e tudo. Foi o que mais me incentivou a buscar a escola. Esperava um ensino de qualidade para poder passar no vestibular, que era o que eu realmente queria. Até porque não tinha condição de pagar uma escola, um pré-vestibular, tanto que o curso que vim fazer nem sabia o que era (E4'F'20A).

Para eles, a entrada na Escola, deveu-se à fama da qualidade do ensino propedêutico e pelos bons professores, favorecedores da preparação para os exames do ensino superior. O IFPI, apesar de construir sua identidade em torno da profissionalização técnica, figura, nos discursos dos egressos, como estabelecimento de ensino médio diferenciado entre os demais públicos do estado, configurando-se

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

como única possibilidade para aqueles em condição social desfavorecida realizarem um ensino médio com qualidade e, para aqueles oriundos da rede privada, a oportunidade de usufruir de uma educação de alto nível gratuita.

Para ingresso na Instituição os estudantes empreendem esforços e, até mesmo, sacrifícios de que é parte a frequência a cursos preparatórios, não descartando o acréscimo de um ano na formação média e o curso das disciplinas profissionalizantes. Entre os investigados, 52% realizaram cursinho preparatório, indicando o investimento na preparação para entrada no IFPI, marcada pela acirrada concorrência, e 4,5% submeteram-se ao seu processo seletivo para ingresso por mais de uma vez, acarretando atraso na escolaridade, pois a aprovação ocorreu um ano depois de concluído o ensino fundamental.

Desse modo, o pensamento dos usuários encontra-se amparado nos resultados acadêmicos da instituição, publicamente atestados. Também encontra ressonância nas práticas desenvolvidas pelos docentes das disciplinas de formação geral, pois estes, conforme informaram os estudantes, mesmo atuando em um curso cuja proposta está assentada na formação de trabalhadores, dirigem seus conteúdos e práticas para a função propedêutica preparatória para o ensino superior. Essas situações demonstram que os modos de pensar e agir dos indivíduos, bem como os juízos que formulam, tomam por base aquilo que, de forma implícita ou explícita, encontra-se consolidado nas instituições (DOUGLAS, 1998).

A importância conferida à educação propedêutica assume tamanha relevância para alguns estudantes, que torna a escolha do curso técnico fortuita: para 30,4% deles, a área do curso foi um acaso, tendo, em algumas situações, sido feita pelos pais ou orientada pela menor concorrência. A prevalência, contudo, é dos que consideram a profissão, seja a possibilidade de atuação oferecida (38,7%), seja o interesse em exercê-la (27,4%), e 3,6% por outros motivos, como a influência de amigos e os rendimentos que proporciona.

Entre os respondentes que estão no último ano do curso, 51,1% realizaram ou estavam realizando estágio na área, isto é, um pouco mais da metade, apesar da não obrigatoriedade em quatro dos seis cursos. O estágio de 72,9% dos casos foi obtido através do Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E) do próprio estabelecimento

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

educacional, materializando seu pensamento quanto à finalidade da formação oferecida. O desenvolvimento de programas de colocação no mercado de trabalho foi um dos aspectos ressaltados pelos egressos.

A Escola põe em ação suas estruturas, substantiva e simbólica, já corporificadas em seus discursos, práticas e valores, para influenciar ou interferir no comportamento dos seus estudantes para que este seja de acordo com o seu pensamento. Tal ação, contudo, depara-se com a reduzida vocação ou identidade com o curso técnico. Essa, conforme Castro (1997), é uma dificuldade que marca os cursos que tentam conciliar cultura geral e profissional, pois, explica, "o *ethos* da escola acadêmica mata a profissionalização" que, devido ao baixo *status*, termina "sendo massacrada pelos valores da escola acadêmica" (CASTRO, 1997, p. 15).

O interesse pela carreira universitária revela-se unanime entre estudantes do ensino integrado investigados. Desse modo, ainda que realizem o ensino médio na modalidade técnica, aspiram a uma formação que os conduza à universidade. Os estudantes do IFPI, majoritariamente (91,6% dos 421 respondentes), desejam prosseguir nos estudos, projetando-se, profissionalmente, em carreira de nível superior. 50% pensando em atuar apenas nessa carreira e 41,6%, conciliando-a com a profissão técnica para a qual o curso integrado preparou. Os que possuem aspiração profissional ter uma carreira técnica são apenas 6,6%. Além disso, entre os concludente 41% frequentam cursinhos preparatórios, evidenciando os investimentos em torno dos projetos de formação acadêmica entre os estudantes.

Logo, a política de integração entre ensino médio e educação profissional no âmbito do IFPI, longe de atrair estudantes que efetivamente desejam obter uma qualificação profissional e desejam atuar como técnicos, atrai estudantes de camadas populares que veem no ensino de qualidade ofertado pela instituição a possibilidade de ascender socialmente através do ingresso na carreira universitária. A formação profissional, assume assim um papel coadjuvante entre esse público, cristalizando-se como uma mera formalidade a ser cumprida pelos que buscam a excelência do ensino propedêutico ofertado por instituição da rede federal de educação. Isso evidencia como o desenho da política e os resultados que ela alcançará ao ser implementada sofrem a interferência dos usuários. No caso em tela, os estudantes, frente ao modelo de ensino médio que lhe é proporcionado nas instituições da rede federal, adequam o ensino propedêutico do ensino médio e a formação profissional do técnico aos















seus valores, anseios e interesses, com predominância da busca pela progressão dos estudos através do ingresso em cursos universitários.

#### 5 CONCLUSÃO

A legislação educacional para o ensino técnico tem se diversificado ao longo de sua institucionalização e expressa as disputas e requerimentos dos grupos sociais em torno do seu delineamento e, principalmente, de seu papel no contexto social de uma sociedade classista. Desta feita, o estabelecimento do modelo atual da educação profissional integrada ao ensino médio foi possível graças à alteração das forças políticas no poder do Estado, evidenciando que o desenho da política é resultado de uma complexa disputa política e de ideologias. O projeto educacional instituído através do Decreto nº 5.154/2004, passou a congregar formação propedêutica e profissional em mesmo curso, visando a formação integral do trabalhador a partir da ideologia do ensino unitário.

Os usuários dessa política, entretanto, orientam-se por uma racionalidade distinta daquela que norteia o modelo da integração educacional. A prevalência dos interesses acadêmicos sobre os profissionalizantes, diminui as possibilidades de sucesso da política de profissionalização via ensino integrado, haja vista que a habilitação profissional figura, para os estudantes desta modalidade, como algo acessório. Com isso, a chance dos técnicos formados em tal modalidade colocarem em prática a formação recebida é reduzida. Ressalte-se que, o caso em foco, revela que frente às possibilidades postas pelo próprio desenho da política de educação profissional integrada ao ensino médio, os usuários conseguem protagonizar um direcionamento dos resultados da referida política, conforme suas aspirações, valores e interesses.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Presidência da República. 1937. Disponível em:

<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm</a>. Acesso em 14 nov. 2010.





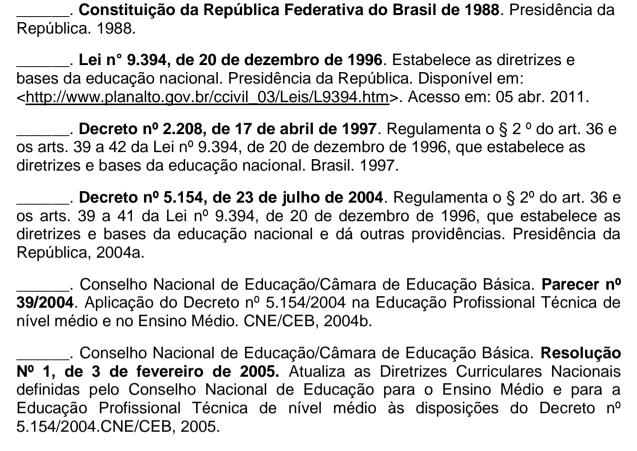












CASTRO, Claudio de Moura. O Secundário: esquecido em um desvão do ensino? In: **Textos para discussão**, nº 2, 1997, Brasília: MEC/INEP.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GIOVANNI, Geraldo Di. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, nº 82, NEPP/UNICAMP, 2009

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1986.

MELLO, G. N. Diretrizes curriculares para o ensino médio: por uma escola vinculada à vida. **Revista Ibero-Americana**, maio/ago. 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo; Paz e Terra, 2000.













